



DECLARAÇÃO PARLAMENTAR DO RIO DE JANEIRO

Assembléia Geral da Conferência Parlamentar das Américas Rio de Janeiro, 18 a 21 de novembro de 2001

CONSIDERANDO que a Conferência Parlamentar das Américas (COPA) é um fórum permanente e autônomo que congrega as assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, os parlamentos regionais e as organizações interparlamentares das Américas;

RECORDANDO que a COPA favorece a conciliação parlamentar sobre às questões de interesse comum no âmbito dos processos de integração das Américas;

CONSIDERANDO que é nosso dever, como representantes eleitos das populações das Américas, zelar pela defesa e pela promoção de seus interesses, trabalhar para a melhoria de suas condições de vida e assegurar a todas as cidadãs e a todos os cidadãos oportunidades iguais de desenvolvimento humano;

REITERANDO nosso apoio aos objetivos das Cúpulas das Américas de edificar uma comunidade das Américas fundamentada no respeito da dignidade das pessoas, na paz, na democracia, na justiça social, na solidariedade entre as nações e na igualdade entre gêneros;

PARABENIZANDO a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos pela adoção da Carta Democrática Interamericana que é um importante instrumento para a proteção e o fortalecimento da democracia na região;

CONSIDERANDO que os projetos de cooperação entre Estados, mais especificamente os projetos de integração econômica, adquirem legitimidade e transparência se acompanhados de mecanismos de controle parlamentar;

CONSIDERANDO que, como legisladores, seremos convidados para ratificar ou integrar ao nosso direito nacional o acordo de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA);

REAFIRMANDO nossa vontade de estabelecer um diálogo constante com as instâncias executivas do continente, que permitirá fortalecer a transparência e a legitimidade do processo das Cúpulas das Américas e das negociações visando a criação da ALCA;

RECORDANDO que lançamos as bases do diálogo com os Chefes de Estado e de Governo adotando, no decorrer das duas primeiras Assembléias Gerais da COPA, declarações e recomendações sobre as implicações fundamentais da cooperação interamericana, que lhes foram então transmitidas;

NÓS, mulheres e homens representantes das assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares das Américas, reunidos com o propósito de debater sobre o lugar dos parlamentares dentro do sistema interamericano e nas negociações da ALCA, e também sobre os efeitos que este acordo exercerá no respeito dos direitos humanos, no meio ambiente, na luta contra o narcotráfico, na violência urbana, nas políticas de educação e na luta contra a pobreza:

Luta contra o terrorismo

MANIFESTAMOS nossos sentimentos às pessoas que perderam entes queridos nos atentados de 11 de setembro de 2001, e manifestamos nossa solidariedade para com o povo dos Estados Unidos das Américas.

CONDENAMOS todo ato de terrorismo e solicitamos que nossos governos trabalhem para intensificar a colaboração hemisférica na luta contra este flagelo, que visa desequilibrar as próprias bases das nossas sociedades democráticas.

Papel dos parlamentares nas negociações da ALCA

TORNAMOS NOSSA a Declaração Parlamentar de Quebec e o Plano de Ação, adotados em 19 de abril de 2001, através dos quais os membros do Comitê Executivo da COPA comprometeram-se, entre outras coisas:

- Fazer com que a COPA seja reconhecida como fórum legítimo das assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, e também dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares do continente e, a este título, que os delegados da COPA, sejam recebidos pelos ministros do Comércio nos encontros ministeriais que tratam das negociações da ALCA;
- Tomar as medidas necessárias para informar as populações que representamos sobre as implicações da ALCA, a fim de levá-las a debater tais questões;
- Promover consultas sobre a ALCA e transmitir as conclusões à COPA para que esta as transmita às assembléias parlamentares das Américas;
- Dar continuidade à colaboração estabelecida com o Colégio das Américas no marco dos trabalhos da Cátedra Interamericana de pesquisa sobre as estratégias parlamentares diante da integração continental:

ACORDAMOS continuar trabalhando, conforme os compromissos assumidos pelos Chefes de Estado e de Governo em favor da transparência das negociações comerciais, para o estabelecimento de uma real colaboração com o Poder Executivo de nossos respectivos Estados, a fim de sermos associados à definição da posição nacional e também sermos convidados para participar diretamente das negociações hemisféricas;

SOLICITAMOS que os parlamentares membros da rede da COPA sobre a ALCA formem um comitê de acompanhamento das negociações da ALCA, cujo mandato será elaborar, com o auxílio da Secretaria Geral, relatórios que serão apresentados periodicamente aos membros da rede e também à Assembléia Geral da COPA;

Papel dos parlamentares no sistema interamericano

ACORDAMOS exercer um maior controle sobre a ação das instâncias executivas do hemisfério, principalmente através de questões que serão dirigidas aos líderes das organizações do sistema interamericano, e também aos responsáveis das negociações da ALCA;

ACORDAMOS criar um mecanismo que permita à COPA assumir oficialmente uma postura junto aos textos importantes, tais como a Carta Democrática Interamericana, que definem as normas internacionais no sistema interamericano;

Direitos humanos

ACORDAMOS trabalhar para que os países, que ainda não o fizeram, reconheçam a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos;

RECOMENDAMOS que nossos governos recorram ainda mais à perícia da Comissão, do Instituto e da Corte interamericana dos Direitos Humanos para solucionar os problemas que envolvem os grupos de cidadãos mais vulneráveis, tais como as crianças, os deficientes, os indígenas e os trabalhadores migrantes;

Meio ambiente

ACORDAMOS consultar a sociedade civil sobre medidas a serem adotadas para a criação de uma ALCA que respeite o meio ambiente;

ACORDAMOS dedicar atenção particular às questões ambientais no marco das consultas sobre a ALCA que realizaremos em nossos respectivos parlamentos.

Luta contra o narcotráfico

ACORDAMOS contribuir para o bom funcionamento do Mecanismo Multilateral de Avaliação (MMA) implantado pela OEA, principalmente considerando os relatórios anuais deste órgão e trabalhando para a operacionalização das recomendações nele contidas;

ACORDAMOS fazer também, com o auxílio das organizações interamericanas ativas no setor, principalmente a Comissão Interamericana de Controle do Abuso de Drogas (CICAD), um balanço das experiências mais positivas em termos de luta contra o narcotráfico, e colaborar com nossos respectivos governos a fim de que os recursos para limitar a produção, o tráfico e o consumo de drogas sejam dedicados a programas de eficiência comprovada;

Violência urbana

ACORDAMOS estudar, dentro dos nossos parlamentos e no marco das futuras atividades da COPA, o respectivo mérito das medidas de prevenção e das medidas de repressão para combater a violência urbana;

COMPROMETEMO-NOS a promover em nossas respectivas assembléias medidas pouco onerosas e de eficiência comprovada, tais como a organização de atividades visando a consolidação dos laços sociais, a restrição das horas para venda de bebidas alcoólicas, a aplicação em comum acordo com a mídia eletrônica de códigos de ética limitando a violência apresentada na mídia;

Educação

CONCORDAMOS em incitar as organizações interamericanas ativas no setor da educação e da luta contra a pobreza a dedicar uma parte de seus recursos à implantação, em todos os países da região, de programas visando diminuir o trabalho infantil para que as crianças freqüentem as escolas com maior assiduidade;

COMPROMETEMO-NOS a continuar a busca de meios simples e pouco onerosos para que as crianças freqüentem as escolas com maior assiduidade, para que os índices de aprovação e a qualidade do ensino sejam mais elevados;

Pobreza

COMPROMETEMO-NOS a fazer com que as políticas sociais adotada nos respectivos Estados, principalmente as políticas de luta contra a pobreza, sejam transparentes e não discriminatórias;

COMPROMETEMO-NOS a estudar, em colaboração com nossos Chefes de Estado e de Governo, a situação dos governos locais e infra-estados cujos recursos são frequentemente insuficientes para exercer o papel que lhes cabe na luta contra a pobreza;

ACORDAMOS incitar nossos respectivos governos a colaborar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para implantar estratégias nacionais anti-pobreza, a tomar conhecimento de estudos feitos pelo BID sobre as práticas exemplares em termos de luta contra a pobreza e a beneficiar-se dos serviços oferecidos pela Unidade de Desenvolvimento Social e Educação da OEA;

Rede de Mulheres Parlamentares das Américas

CONSIDERAMOS a Declaração sobre a Contribuição da Mulher no Processo Democrático e na Paz, adotada na Segunda Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas realizada em 18 de novembro de 2001;

Estatuto e financiamento permanente da Conferência

ADOTAMOS o Estatuto da Conferência Parlamentar das Américas;

ADOTAMOS o plano de financiamento permanente da COPA;

Acompanhamento da Declaração

ACORDAMOS transmitir a Declaração Parlamentar do Rio de Janeiro e também a Recomendação adotada na Reunião da Rede de Mulheres aos Chefes de Estado e de Governo das Américas;

COMPROMETEMO-NOS em transmitir a presente Declaração às nossas respectivas Assembléias Parlamentares e garantir seu acompanhamento.

Restantes

CONSIDERANDO que a integração econômica corre o risco, caso seja mal orientada, de acarretar o esgotamento dos recursos naturais, aumentar a poluição e inclusive causar o desaparecimento de habitats e espécies;

CONSIDERANDO que as organizações criminais, que controlam o tráfico de drogas, ameaçam a segurança dos nossos concidadãos e também as próprias bases das nossas democracias através da utilização sistemática da violência e da corrupção;

CONSIDERANDO que a violência urbana tem um custo humano e econômico incalculável, além de representar uma ameaça para o funcionamento dos nossos processos democráticos;

CONSIDERANDO que o sucesso da luta contra a pobreza depende em grande parte da escolha das políticas implantadas pelos governos para enfrentar tal problema;

CONSIDERANDO que a educação permite romper o ciclo da pobreza passada de geração para geração, mas que o trabalho infantil continua sendo um dos obstáculos para a educação de todos.